

Governo quer crescimento

ARQUIVO

Brasília, segunda-feira, 10 de junho de 1991

lento e gradual

São Paulo — O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, disse que a retomada das atividades não pode se acelerar muito nos próximos meses, para não colocar em risco os índices de inflação. Ele não trabalha com a hipótese de um aprofundamento da recessão e está procurando manter um equilíbrio entre a saída do congelamento e o crescimento das atividades. "Sem dúvida teremos um repique inflacionário nos próximos meses com o descongelamento dos preços, mas vamos manter controle monetário e queremos evitar que esse salto seja feito no escuro", observa.

Um ligeiro aumento da inflação nos próximos meses é encarado com naturalidade pelo secretário, que alega que não se pode definir o tratamento apenas pela leitura rigorosa da temperatura. Para ele, o grande desafio é a saída do congelamento sem que a situação escape do controle e permita que sejam feitas as reformas estruturais necessárias

para combater a inflação. São reformas de médio e longo prazo, que visam combater principalmente o desequilíbrio patrimonial e financeiro do setor público, e vão exigir um esforço político de persuasão junto à sociedade.

"Um dos critérios do descongelamento continua sendo a competitividade de cada setor. Permanecerão controlados os monopólios e oligopólios, enquanto os setores pulverizados alcançam a liberdade de preços mais cedo", ressalta Macedo. Ele acredita que a confiança no mecanismo das câmaras setoriais foi restabelecida e com a atual postura, que abandona a imposição por parte do Governo, o diálogo está sendo mais fácil com os empresários. O secretário lembra que as câmaras ganharam um novo perfil, pois deixaram de discutir unicamente política de preços para abrirem as questões sobre política industrial e tarifas aduaneiras. "Hoje, discute-se inclusive a maneira como os setores terão de se estruturar para

investir no aumento de competitividade", salienta.

Macedo reconhece que os impostos indiretos no Brasil são muito elevados mas a redução da carga tributária, na sua avaliação, precisa ser feita com muito cuidado para não colocar em risco a arrecadação. "No caso da indústria automobilística, por exemplo, foi uma medida bem calculada para que a arrecadação não viesse a ser prejudicada", afirma, sem confirmar entretanto se o Governo pensa em prolongar a redução temporária do IPI sobre os carros.

O desejo da equipe econômica é o de aumentar a arrecadação através de impostos mais simples, mais justos e melhor distribuídos. A reforma tributária pretendida abrangerá todos os impostos, inclusive o de Renda para pessoas físicas e jurídicas, e será feita em etapas, conforme já anunciou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.